

ARTIGOS – POLÍTICAS PÚBLICAS/Educação Profissional

A EDUCAÇÃO DE SURDOS NA ERA DA INDETERMINAÇÃO: AVANÇOS E CONQUISTAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR ATÉ A ATUALIDADE

DEAF EDUCATION IN THE INDETERMINATE ERA: EDUCATIONAL ADVANCES AND ACHIEVEMENTS IN THE CONTEXT OF THE MILITARY REGIME TO THE PRESENT DAY

Maikon Bruno Giehl¹
Juliana Saragiotto Silva²

RESUMO: A década de 60 representou, para o país, um momento de adversidade dentro das áreas econômica, política e educacional. O regime militar instaurado no Brasil em 1964, colocou em evidência a fragilidade da educação especial, que servia apenas para atender ao mercado de trabalho. Neste contexto, o presente trabalho traz algumas reflexões sobre os avanços e conquistas na construção das políticas públicas voltadas para a educação especial, sobretudo na educação de surdos, após o período de regime militar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, resgatando alguns documentos publicados pelo Ministério da Educação (MEC), bem como dialogando com autores como Oliveira (2007), Frigotto (1993), Saviani (2013). Como resultado, constatou-se que a época da ditadura foi um momento de indeterminação para as pessoas com deficiência, com o descontrole governamental frente à privatização do ensino. Nos anos 2000, houve grandes avanços para a inclusão de crianças deficientes e surdos em escolas regulares, a partir da criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, e significou o fim de uma era de segregação entre surdos e ouvintes, e que agora passam a conviver e aprender coletivamente, em ambiente educacional acessível e adaptado às suas especificidades.

PALAVRAS-CHAVE – Educação Especial; Educação de Surdos; Ditadura Militar

ABSTRACT: The 60's represented, for the country, a time of adversity in the economic, political and educational areas. The military regime established in Brazil in 1964 highlighted the fragility of special education, which served only to meet the labor market. In this context, this paper brings some reflections on the influence of the military regime of 64, for the construction of public policies for special education, especially in deaf education. For this, a bibliographic research was conducted, rescuing some documents published by the Ministry of Education (MEC), as well as dialoguing with authors such as Oliveira (2007), Frigotto (1993), Saviani (2013). As a result, it was found that the dictatorship period was a time of indetermination for people with disabilities, with governmental lack of control regarding the privatization of education. In the 2000s, there were great advances for the inclusion of disabled and deaf children in regular schools, from the creation of the National Policy for Special Education from the Perspective of Inclusive Education, and meant the end of an era of segregation between deaf and hearing, and that now start to live and learn collectively, in an accessible educational environment and adapted to their specificities.

KEYWORDS – Special Education; Deaf Education; Military Dictatorship

¹ Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pelo Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), na linha de pesquisa de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, é licenciado em Letras pelas Faculdades Integradas de Diamantino (FID) e Especialista em Libras e Educação Inclusiva pelo IFMT. Atualmente é Tradutor e Intérprete de Libras no IFMT.

² Orientadora – Doutora em Engenharia da Computação, docente do Mestrado ProfEPT, IFMT – Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva, juliana.silva@ifmt.edu.br

INTRODUÇÃO

Uma das obras inspiradoras desta pesquisa é “A era da indeterminação” (OLIVEIRA, 2007), resultado de um projeto de pesquisa elaborado por Francisco de Oliveira, que descreve os impactos e as transformações sociais ocasionadas pelos conflitos políticos que abalaram a hegemonia do Estado brasileiro. O movimento de 1964 representou uma reação ao quadro agravado da crise hegemônica, culminando na articulação entre os empresários e os militares para a efetivação do golpe. Este percurso histórico é marcado por transformações, desmontes, em vários níveis da sociedade, inclusive na Educação.

Neste período, os militares, junto com a classe burguesa industrial, tornaram-se atores principais na relação de poder nacional. Neste sentido, a classe dos proletariados foi incentivada a ingressar nos estudos, a fim de atender a demanda vinculada aos interesses do capital, que era formar a classe trabalhadora para fornecer mão-de-obra. Dessa forma, a educação passa, então, a constituir-se em um dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda (FRIGOTTO, 2000).

No campo da educação, os recursos destinados ficaram cada vez mais limitados, visto que a prioridade do governo, no momento, era o desenvolvimento acelerado das forças produtivas. Com isso, os ataques às instituições escolares se tornaram constantes e, quem discordasse dos novos ideais, eram taxados de rebeldes e comunistas. Inclusive, o regime militar retirou legalmente a representatividade do movimento estudantil na tentativa de enfraquecimento de suas bases.

Em relação à Educação Especial, o Estado, após passar por reformulação em sua estrutura, se desvinculou, gradativamente, de suas obrigações com a educação pública e, recorrendo a recursos externos, privilegiou as instituições privados. Mesmo diante da adversidade, os primeiros registros de ações públicas voltadas à Educação Especial, ocorreu por meio da criação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp) no ano de 1963.

No que se refere à Educação de Surdos, o Instituto de Surdos Mudos, (1857), hoje com o nome reformulado para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), teve grande contribuição para a criação de políticas públicas durante o regime militar. O método de ensino do período militar era a comunicação total, que se valia de gestos, oralidade e mímica para se comunicar (STROBEL, 2009). Contudo, sob vestígios do oralismo, as escolas ainda se concentravam em um espaço terapêutico para os surdos, visando a reabilitação da fala.

Decorrido mais de meio século, após o início da ditadura, os embates políticos, em busca da hegemonia com o capital, ainda levantam questionamentos de quais foram os avanços na Educação Especial que os surdos adquiriram, desde a época da ditadura militar? Será que vivemos em um indeterminado momento brasileiro, frente à inclusão dos estudantes surdos? Diante das questões levantadas, o objetivo deste artigo é trazer algumas reflexões sobre os avanços e conquistas na construção das políticas públicas voltadas para a educação especial, sobretudo na educação de surdos, após o período de regime militar.

Para tanto, este artigo está estruturado, além desta introdução, em mais quatro seções. A seção 2, apresenta os materiais e métodos adotados na pesquisa. A seção 3, traz o contexto histórico da Educação Especial, frente ao início do regime ditatorial. Na

seção 4, é apresentado os resultados e discussões sobre o tema abordado e, na seção 5, é o momento para realizar as considerações finais.

METODOLOGIA

Este artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica, que busca compreender o avanço e fortalecimento de políticas públicas voltadas para a Educação Especial, sobretudo na Educação de Surdos, no Brasil, do regime militar até os dias atuais.

A escolha dos referenciais baseou-se nas legislações, e, também, trabalhos acadêmicos que abordam o contexto histórico da Educação Especial, contribuindo para organizar o tempo cronológico dos fatos e obras. Além disso, o referencial utilizado também dialoga com autores como Oliveira (2007), Frigotto (1993), Saviani (2013), entre outros, que fazem parte da disciplina de Bases Conceituais para a Educação Profissional e Tecnológica, utilizados no programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Durante o processo de construção do artigo, na busca pelos materiais de apoio, foram utilizadas as ferramentas *Google Acadêmico*, e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Neste sentido, as palavras-chaves utilizadas foram: “Educação Especial”, “Educação de Surdos” e “Ditadura Militar”.

Para tanto, a revisão de literatura seguiu as etapas: (i) busca por materiais por meio das plataformas mencionadas, como também de *sites* de área de conhecimento similar; (ii) seleção dos materiais; (iii) leitura, análise e contextualização dos textos; e (iv) desenvolvimento da linha cronológica da proposta.

Desta maneira, baseada nas informações coletadas durante a pesquisa, discorreu-se sobre a temática proposta, como também, foram utilizadas para o entrelaçamento e suporte na construção das ideias, conforme apresentado na próxima seção.

MARCO TEÓRICO

Esta seção apresenta uma revisão da literatura sobre as primeiras menções referentes a Educação Especial enquanto política pública no país do período da ditadura militar (1964), e seus desdobramentos até os dias atuais. Além do mais, compreender as influências exercidas na área de Educação, em específico na Educação Especial.

EFEITOS DA DITADURA MILITAR FRENTE À EDUCAÇÃO ESPECIAL

O governo de Juscelino Kubitschek, no início dos anos 60, representou, para o país, um momento de adversidades e revolução (política e econômica), sobretudo no plano de expansão territorial e industrial. Visto o momento desenvolvimentista do país, este período ficou conhecido pelo *slogan* de “50 anos em 5”, uma vez que o crescimento econômico estava acima da média proposta, em comum acordo aos interesses do capital internacional.

A partir do ano de 1964, procederam-se momentos de sérias decisões na história do país, tendo como figura central o poder moderador das Forças Armadas. O golpe de estado de 64, foi um abalo sísmico e atingiu a hegemonia política e social do país, transformando as forças produtivas do período. Vale ressaltar que a intervenção apresentava um caráter burguês, uma vez que, para isso, teve apoio das classes burguesas, das multinacionais, bem como do governo dos Estados Unidos. Esta ação já acusava o deslocamento de atores centrais, como a burguesia industrial nacional no poder, e o proletariado enquanto subsidiário desta estrutura do poder (OLIVEIRA, 2007).

Durante duas décadas (1964-1985), as Forças Armadas comandaram a sociedade brasileira, e geriram acordos com organismos³ internacionais. A partir da criação da Constituição de 1967, foi possível perceber que o governo não aceitava a ideia de financiamento da educação pública, servindo de incentivo para a privatização do ensino:

Mas foi a partir do golpe de 1964 que as empresas da educação alcançam notável expansão, na medida em que o Estado criou mecanismos expressivos de ordem legal, como a Constituição, que abriram espaço à iniciativa privada, à educação como um negócio rentável. Os governantes militares tentaram se desobrigar de financiar a educação pública e gratuita, e estabeleceram as condições legais que viabilizassem a transferência de recursos públicos para a rede particular. (ASSIS, 2012, p. 328)

Com o crescimento e o controle das atividades de comando, a preocupação do atual governo, era a necessidade de mão de obra mais qualificada, e também barata, e atrelar a educação pública aos interesses e necessidades do capital. Portanto, a educação foi um dos principais elementos na sua estratégia de controle ditatorial, construindo um contexto de moralidade, cultura e segurança nacional. Deste modo, era preciso elaborar um projeto educacional para conseguir, segundo os condutores do regime, impulsionar a incorporação de todos (além da burguesia, os proletariados) ao projeto de integração nacional pretendido pelo movimento [reacionário] de 1964 (REZENDE, 2013).

A rápida expansão da rede pública educacional, sem o investimento necessário, decaiu a qualidade do ensino público e acarretou a criação de prédios escolares em situações precárias, sem condições reais para o exercício do ensino. Esse conjunto de fatores contribuíram para o aumento das desigualdades sociais, sendo privilegiados os filhos da burguesia, e desfavorecendo os filhos dos trabalhadores (ZINET, 2016).

Se os fatores educacionais eram desfavoráveis para as famílias operárias, para os pais de crianças com algum tipo de deficiência era ainda mais difícil. Inicialmente, a forma de inserção das pessoas com deficiência no sistema de ensino, visava sua contribuição ativa no mundo trabalho. Após as parcerias com as entidades privadas e o aumento dos interesses capitalistas, as Pessoas com Deficiência e suas famílias começaram a se organizar na luta para reivindicar por direitos e mais espaço para o acesso aos serviços essenciais, como saúde, educação, lazer e trabalho.

³ Para Gramsci (2001), os organismos privados de hegemonia têm a função de criar uma cultura nova ou contribuir para o fortalecimento daquela existente [...] além disso, é considerado como organismos, a Federação e o Estado, os dois grandes planos superestruturais organizativos da sociedade capitalista.

A concepção de deficiência, presente nas políticas públicas para a educação especial, no país, e o processo de incorporação destas pessoas no sistema de ensino, representava gerar um grande impacto estrutural no governo. Conseguir profissionais qualificados para as diversas áreas da Educação Especial teria um custo elevado, visto o aumento da demanda. A solução do governo foi a intermediação do ensino da educação especial para iniciativas privadas, mediante incentivo monetário (ZINET, 2016). Vale ressaltar que o ensino na educação especial, inicialmente, teve por finalidade capacitar estes sujeitos para servir ao mundo do trabalho. Para Frigotto (1993, p. 67), seguindo a teoria do capital humano:

Pelos critérios de mercado, cujo objetivo é averiguar qual a contribuição do “capital humano”, fruto do investimento realizado, para a produção econômica. Assim como na sociedade capitalista os produtos do trabalho humano são produzidos não em função de sua “utilidade”, mas em função da troca, o que interessa, do ponto de vista do mercado (p. 67).

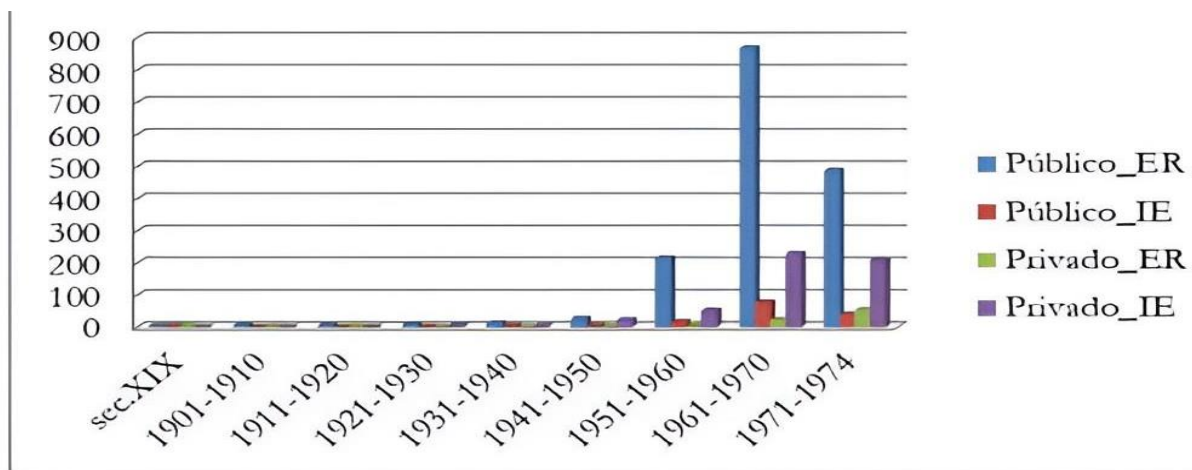
Em contrapartida, no ano de 1967, com a promulgação da primeira Constituição Federal, após o Golpe de Estado de 1964, pela primeira vez, foram estabelecidas normas e critérios para a inserção da Pessoa com Deficiência, e previa o tratamento especial aos excepcionais, no sistema de ensino público e privado no país⁴.

No ano de 1973, por meio do Decreto n. 72.425/73, foi criado um dos principais órgãos para o fortalecimento das atividades na área da educação, no Brasil - o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp). A sua criação foi ao encontro da perspectiva desenvolvimentista adotada pelo regime militar na época. Além do mais, era uma unidade vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, e tinha por propósito o fomento de expansão e melhoria do atendimento educacional aos considerados excepcionais (BRASIL, 1973). Nessa conjuntura, foi elaborada uma Política de Educação Especial Nacional baseada nos moldes da iniciativa assistencial privada (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES e Sociedade Pestalozzi), setores estes, articulados ao poder público (GARCIA, R. M. C., KUHNEN, R. T, 2020).

Por meio do Gráfico 1, é possível ter uma dimensão do número de instituições voltadas para a Educação Especial, criadas durante o período de regime militar no país: como Ensino Regular (ER) estão registradas as formas existentes nas escolas comuns (inclusive classes especiais) e como Instituição Especializada (IE) estão escolas ou clínicas de atendimento aos excepcionais (Brasil, 1975).

Gráfico 1 - Estabelecimentos para a Educação Especial no Brasil: Ensino Regular (ER) e Instituições Especializadas (IE).

⁴ Artigo 9º da Lei nº 5692 – artigo 9º (BRASIL, 1971). 2- Esta lei fixa diretrizes e bases para o ensino de 1 e 2 graus, e dá outras providências.



FONTE: KASSAR, Rebelo e Jannuzzi (2019).

Nos anos seguintes (1975 – 1979), a partir das recomendações feitas pelo representante das Organizações das Nações Unidas (ONU) - James J. Gallagher, e com o objetivo de expandir e qualificar a Educação Especial no Brasil, aos moldes do padrão internacional, foi elaborado pelo governo, um Plano de Ação Nacional de Educação Especial, que previa a elaboração de propostas curriculares para os alunos, na perspectiva de Educação e Reabilitação das Crianças Deficientes.

No referido documento, foi sugerido que as escolas públicas dispusessem de salas de recursos⁵, das classes especiais⁶, do consultor para os professores⁷ e a atividade do trabalho conjugado ao estudo⁸, para os alunos considerados “retardados educáveis”. Outro fator a destacar, com a mudança agrária, muitas famílias saíram dos campos para a indústria na cidade, e este processo necessitava de orientações para a adaptação e readequação delas.

No ano de 1985, com a herança do governo comandado por Ernesto Geisel, o atual presidente João Batista Figueiredo já lidava com grande instabilidade no poder. Vários fatores contribuíram para o definhamento do governo, entre eles o endividamento externo e os juros elevados, que consumia grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, sob duras críticas quanto ao aumento das desigualdades e acusações, seu governo foi destituído no ano de 1985, marcando o fim da ditadura miliar no Brasil.

Pouco tempo após o fim do regime militar, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que se tornou um símbolo de direito social e democrático. Neste novo documento consta que as pessoas portadoras de deficiência teriam acesso e a garantia de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que deveria ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

⁵ “[...] o aluno permanece na sala de aula regular parte do dia e vai para outra sala em outro período para receber aulas especiais preparadas por um professor com treinamento especial” (GALLAGHER, 1974, p. 107).

⁶ “[...] uma sala reservada para 15-20 crianças retardadas, as quais permanecem durante todo o horário escolar sob os cuidados de um professor especialmente treinado e que prepararia lições de acordo com as necessidades dessas crianças” (GALLAGHER, 1974, p. 108).

⁷ “[...]trabalhar junto ao professor regular, fornecendo-lhe materiais específicos e ideias para as aulas suplementares a serem ministradas às crianças retardadas da classe” (GALLAGHER, 1974, p. 109).

⁸ “[...]trabalhar junto ao professor regular, fornecendo-lhe materiais específicos e ideias para as aulas suplementares a serem ministradas às crianças retardadas da classe” (GALLAGHER, 1974, p. 109).

Esse legado do regime militar materializou-se na institucionalização de visão produtivista em relação à educação. Para que haja uma hegemonia, é necessário compreender uma visão estratégica na maneira do conduzir do governo, que na visão de (OLIVEIRA, 2007), quando se trata do capitalismo contemporâneo, então é o retorno à lei da força bruta. Não pode haver política, nem polícia: há apenas administração.

O período compreendido entre anos 1990 e 2000, foi decisivo para as políticas educacionais inclusivas, e o país confirmou o compromisso de proporcionar a Educação Básica de qualidade para todas as crianças, jovens e adultos, sobretudo na educação de surdos. É o que será discutido a seguir.

CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE SURDOS.

A Educação Especial sempre foi um gargalo para o governo ditatorial, que, como aponta Saviani (2013), durante a década de 1990, eram atribuídas às escolas um grande papel para o processo econômico-produtivo, compreendendo a lógica do capital humano, que pensava na reabilitação da pessoa deficientes para conseguirem competirem no mundo do trabalho, pois naquele período:

[...] é o indivíduo que terá que de exercer sua capacidade de escolha visando a adquirir os meios que lhe permitam ser competitivo no mercado de trabalho. E o que ele pode esperar das oportunidades escolares já não é o acesso ao emprego, mas apenas conquista do *status* de empregabilidade (SAVIANI, 2013, p. 430)

Durante o governo do presidente José Sarney, por meio do Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), foi transformado em Secretaria de Educação Especial (SESPE), vinculada à diretoria superior do MEC (Brasil, 1986). Consecutivamente, no governo Collor, se reformulou para Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB), que posteriormente, no próximo governo (1992), ressurgiu como Secretaria de Educação Especial (SEESP).

No ano de 1950, seguindo modernização dos termos, a nomenclatura passou a ser Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Desde então, representa um forte nome diante das parcerias com o MEC quanto à elaboração de propostas educativas para a Educação de Surdos no Brasil. Desta maneira, a educação especial, na perspectiva de inclusão de surdos, teve seu início, no Brasil, ainda em 1856, com a fundação do Instituto Imperial dos Surdos Mudos no Rio de Janeiro.

As principais conquistas da comunidade surda, quanto à sua Inclusão nas redes de ensino, tiveram início em 1994, com a criação da Política Nacional de Educação Especial, pautada nas orientações dispostas na Declaração de Salamanca (1994). Esta declaração pode ser considerada como uma das mais importantes dentro da história da Educação de Surdos, pois defendia o princípio de uma Educação Inclusiva em que todos os alunos participem juntos, no mesmo espaço de ensino, independente da dificuldade, diferença ou deficiência.

Vale ressaltar que, nesta época, a comunidade surda ainda sentia os resquícios da visão social de surdos enquanto clínico-patológico, durante o regime militar,

acompanhada ao movimento oralista. Nesse sentido, o oralismo pregava a concepção de que o surdo tinha a obrigação de aprender por meio da oralidade (fala) - isso durou 100 anos (1880 a 1980). A Declaração de Salamanca destacou a necessidade da inclusão e educação de pessoas que apresentam necessidades especiais, e essas diretrizes, foram incorporadas em documentos nacionais com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

Desta maneira, a posse do governo Fernando Henrique (FHC), ocorreu em 1995. Em seu governo, elaborou a nova LDB, que assegura o acesso e garantia do direito à educação de crianças surdas e a sua inserção em um ambiente plural. Essas afirmações podem ser vistas nos seguintes artigos da LDB:

Art. 3º inciso XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva”; Artigo 4º inciso V - assegurar acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”; no Art. 59 - preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

O governo FHC representou um momento de indeterminação do povo para a comunidade surda, uma vez que, para atingir as metas para as propostas elaboradas, era necessário investimento. Porém, a realidade foi que o período FHC aprofundou, num grau alarmante, o desmanche iniciado (OLIVEIRA, 2007). Em seu governo, a dívida externa chegou a 80% do Produto Interno Bruto (PIB), e as novas dívidas financiavam a renovação da antiga, ocasionando a esterilização da capacidade produtiva do país” (OLIVEIRA, 2007, p. 33).

Mesmo assim, houve avanços significativos no que se refere a políticas públicas para a Educação de Surdos no Brasil, como a criação da Lei 10.098/2000 (BRASIL, 2000), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida.

Outro ponto a destacar, uma das maiores vitórias para os surdos do Brasil foi a promulgação da Lei nº 10.436/02, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas para apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de Formação de Professores, fonoaudiologia e Educação Especial. (Brasil, 2002).

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva se iniciou no ano de 2003, e deu continuidade à difusão da perspectiva da Educação Inclusiva. No ano de 2005, por meio do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), é regulamentada a lei 10.436 (BRASIL, 2002), que definiu a Libras como constituinte da pessoa surda, e a inclui a Libras como disciplina curricular da formação do intérprete de Libras, do uso e difusão da Libras e da Língua Portuguesa às pessoas surdas.

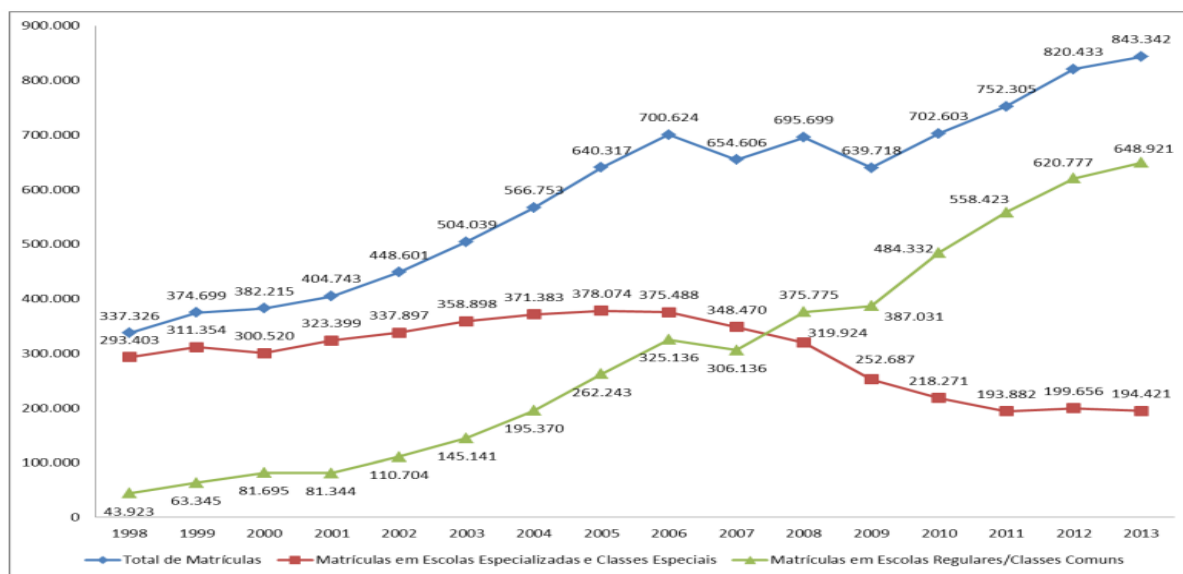
No ano de 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que propõe o atual modelo de educação para o ensino de surdo, por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual prevê a igualdade de condições para o acesso universal à educação e permanência na escola, como também a continuidade nos níveis mais elevados de ensino (BRASIL, 2007).

Dentre as principais ações propostas, o PDE prevê o Atendimento Educacional especializado, por meio da sala de recursos, acessibilidade que eliminem as barreiras, arquitetônica e comunicacional, para a plena participação dos estudantes com deficiência. No caso da pessoa surda, a proposta salienta a necessidade de a criança surda interagir em um espaço comum da escola regular, por meio da Educação Bilíngue. Neste sistema, a criança está inserida com estudantes surdos e ouvintes, fomentando um ambiente plural, que desenvolva suas habilidades comunicativas e de aprendizado, por meio do contato com as duas línguas no mesmo contexto escolar:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular. (BRASIL, 2007, p. 11)

Os reflexos dos números de matriculados dentro da Educação Especial, de acordo com o Censo Escolar (MEC, 2013), revela a evolução no número de matrículas, de 337.326 (1998), para 843.342 (2013), expressando um crescimento de 150%. No que se refere ao ingresso em classes comuns do ensino regular, verifica-se um crescimento de 1.377%, passando de 43.923 estudantes (1998) para 648.921 (2013), conforme demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Censo Escolar sobre Educação Especial (2013)



FONTE: MEC, 2013.

Este modelo de ensino faz com que o estudante surdo tenha a garantia de um atendimento especializado individual, transformando o cenário de segregação em que os surdos, muitas vezes, eram separados dos demais alunos, para um momento de aprendizado em um espaço coletivo. Neste sentido, o Governo Lula foi responsável por construir um pacote de conquistas nos direitos da comunidade surda, criando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), reconhecendo suas especificidades, sua cultura e sua língua, intrínseco ao seu processo formativo.

Para finalizar, no ano de 2010 foi criada a Lei nº 12.319, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de LIBRAS, legitimando, ainda mais, seu acesso colaborativo à Educação. No quadro 1, é possível observar os governos que contribuíram historicamente com a educação de surdos.

Quadro 1 – Contribuição de cada governo com a Educação Especial

Governo	Período	Fatos históricos
Juscelino Kubitschek	1956 - 1961	Expansão territorial, econômica e política
João Goulart	1961-1964	Destituído do poder e início da ditadura militar
Humberto Castelo Branco	1964 – 1967	Desobrigatoriedade do financiamento da educação pública
Arthur da Costa e Silva	1967 - 1969	Criação da Constituição de 1967
		Lei nº 5692/1971 - Esta lei fixa diretrizes e bases para o ensino de 1 e 2 graus, e dá outras providências
Emílio Garrastazu Médici	1969 - 1974	Decreto n. 72.425/73 - Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências.
Ernesto Geisel	1974 - 1979	Elaboração do Plano de Ação Nacional de Educação Especial

João Batista Figueiredo	1979 - 1985	Instabilidade no poder, endividamento externo e juros elevados
		Fim da ditadura militar
José Sarney	1985 - 1990	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
		Criação da Secretaria de Educação Especial (SESPE)
		Garantia de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para as pessoas com deficiência
Itamar Franco	1992 - 1995	Reformulação e criação da Secretaria de Educação Especial (SEESPE)
		Criação da Política Nacional de Educação Especial
Fernando Henrique Cardoso	1995 - 2003	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)
		Lei nº 10.098/2000 – estabelece normas e critérios para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
		Lei nº 10.098/2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
		Lei nº 10.436/2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras
Luiz Inácio Lula da Silva	2003 - 2011	Lei nº 10.845/2004 – institui o Programa de Complementação ao Atendimento educacional especializado às pessoas Portadoras de Deficiência.
		Lei nº 4.304/2004 – Dispõe sobre a utilização de recursos visuais, destinadas as pessoas com deficiência auditiva, na veiculação de propaganda oficial.
		Decreto nº 5.626/2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.
		Lei nº 11.796/2008 – Institui o Dia Nacional dos Surdos.
		Lei nº 12.319/2010 – Regulamenta a profissão Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais.

FONTE: Elaborado pelo autor

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das temáticas abordadas nesta revisão bibliográfica, foi possível observar que o golpe de estado, que ocorreu no país no ano de 1964, mudou radicalmente a hegemonia dos diversos setores da sociedade. Uma das áreas mais afetadas foi a Educação, pois o governo abriu espaço para o financiamento da educação privada, transferindo os recursos públicos para a rede particular.

No pensamento golpista, financiar o sistema público não estava sendo rentável para o governo, visto que conseguir e qualificar novos profissionais das diversas áreas da Educação, sobretudo para as Pessoas com Deficiência, o da educação de pessoas deficientes, seria um desgaste econômico. Além do mais, a Educação para as Pessoas com Deficiência não visava seu progresso intelectual e sua individualidade, mas sua qualificação para o mundo de trabalho.

Os homens de classe operária têm desde cedo a necessidade do trabalho de seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e, sobretudo, o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas. (...). Os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; têm muitas coisas para aprender para alcançar o que se espera deles no futuro (DESTUTT. D. T, 1802, in FRIGOTTO, 1987, p. 15).

Para um governo ditatorial, dominar as forças produtivas intelectuais representam um grande poder de controle. O governo FHC foi apontado como um momento de grande indeterminação para a educação brasileira, visto que naquele momento, e por consequência, o partido político desta era não conduz, mas sim, conduzido pelas pesquisas de opinião, de intenção de voto, como também, pela imagem. (OLIVEIRA, 2007. p. 40).

As Pessoas com Deficiência, em especial os surdos, começaram realmente a serem incluídos nas pautas educacionais do governo, a partir de 1994. Vale ressaltar que, o governo Lula, foi o presidente que mais criou leis e decretos que garantem às pessoas surdas seus direitos à uma Educação igualitária. Entre as ações mais memoráveis se referem à inclusão das pessoas surdas, foi a de compreender que a Libras é a língua da pessoa surda, a necessidade de incluir a Libras enquanto disciplina curricular, além da regulamentação da profissão Intérprete de Libras. As reflexões adicionais são apresentadas na seção a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalidade deste trabalho foi trazer algumas reflexões sobre os avanços e conquistas na construção das políticas públicas voltadas para a educação especial, sobretudo na educação de surdos, após o período de regime militar.

Um fato contraditório, é pensar que, “em pleno exercício de regime militar”, o governo autoritário, em clima tenso, pelos efeitos da ditadura, se interessou em investir na Educação a favor dos “excepcionais”. O salto para a modernização era evidente, porém, a intenção era, em parceria com instituições privadas e internacional, investir na rede privada de ensino, enquanto a pública era sucateada. Isso se explica pelo fato do governo sempre pensar na Educação pela perspectiva capitalista de produção do capital humano. E, fazer com que as pessoas com deficiência gerassem algum retorno, fazia parte do projeto.

Neste sentido, a Educação Especial, no país, por muito tempo, perdurou segregada, por conta da criação de escolas especializadas, paralelas à educação de ensino regular. A inserção do estudante surdo no mesmo ambiente de ensino regular, em contato com outras crianças, reforça o aspecto multicultural, e o respeito à diversidade. O uso da Libras no ambiente escolar, com a presença do intérprete de Libras, e os dispositivos das Leis já é uma realidade, mesmo que ainda frágil e opaca em sua prática.

Contudo, foi possível observar, por meio desta pesquisa, que as pessoas com deficiência, e, neste caso, a comunidade surda, conseguiram conquistar várias vitórias nas questões educacionais, mas ainda está longe de ser o ideal. A era da indeterminação foi fundamental para estarmos vivendo em uma era de Determinação, pois, as pessoas surdas já estão conseguindo sair das escolas tendo mais conhecimentos para, numa visão marxista, se qualificar e ter mais chances de empregabilidade no mundo do trabalho. Atualmente, a iniciativa parte dos próprios surdos de não quererem ter o *status* de vítima, e temos visto cada vez mais a presença de estudantes surdos nas nossas escolas e, também, contribuindo ativamente em vários setores da nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto nº 72.425, de 03 de julho de 1973**. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências. Brasília: casa civil. 1973. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 set. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Presidência da República, Casa civil. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL. **Decreto nº. 93.613, de 21 de novembro de 1986**. Extingue órgãos do Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 nov. 1986. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-93613-21-novembro-1986-444224-norma-pe.html>. Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Brasília, DF, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Brasília,

DF, 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08 out. 2022.

DESTUTT, A. D. T., Antoine (1802). In: FRIGOTTO, G., [et al]. *Éléments d' Ideologie*. In: **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987. Capítulo III, p. 34-35.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1993. 233 p.

GALLAGHER, J. J. Planejamento da Educação Especial no Brasil. In: PIRES, N. **Educação Especial em foco**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974. Capítulo V, p. 61-79.

GARCIA, R. M. C.; KUHNEN, R. T. Políticas públicas em educação especial em tempos de ditadura: uma análise sobre a concepção de deficiência no Brasil no período 1973-1985. **REPI – Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista. v. 1, n. 1 (especial), p. 69-84, 2020. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rep/article/view/e20205>. Acesso em: 01 set. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GRAMISCI, A. **Cadernos de cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 332 p.

HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 08 out. 2022

KASSAR, M. C. M.; Rebelo, A. S.; Jannuzzi, G. S. M. (2019). **Educação Especial como política pública: Um projeto do regime militar?** Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 27, nº. 61, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.4479>. Acesso em: 08 out. 2022.

OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 376.

REZENDE, M. J. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de Legitimidade 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013. 399 p.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007. 473 p.

STROBEL, K. **História da Educação de Surdos**. Disciplina de Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade à distância. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em

https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. 10 out. 2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. 04 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 08 out. 2022.

ZINET, C. **Qual o legado da ditadura civil-militar na educação básica brasileira?** Centro de Referências em Educação Integral, 2016. *Site* que promove o desenvolvimento metodológico de referências em Educação Integral. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/ditadura-legou-educacao-precarizada-privatizada-anti-democratica/>. Acesso em: 08 out. 2022.